

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Acordo põe fim a 20 dias de greve de petroleiros	2
Título: Após balanços, analistas mantêm otimismo com Petrobrás e Vale	3
Título: Energisa fará investimento recorde este ano	4
Título: Coronavírus faz exportadoras perderem R\$ 48 bi	6
Título: Competitividade sim, reserva de mercado não	7
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	9
Título: Vale pode gastar até R\$ 8 bi a mais em acordos sobre Brumadinho	9
Título: O projeto do governo que libera a mineração em terras indígenas é adequado? - Não O eldorado é verde: somos nós os atrasados?	10
Título: O projeto do governo que libera a mineração em terras indígenas é adequado? - Sim Regularização inibirá atividades ilegais em curso	11
VEÍCULO: O Globo	13
Título: Petroleiros fecham acordo com Petrobras para encerrar greve	13
Título: Vale pode ter custo extra de até R\$ 8 bi	14

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 22/02/2020****Seção: Economia****Autor: Amanda Pupo****Título: Acordo põe fim a 20 dias de greve de petroleiros**

Negociação no TST, porém, não chegou a acordo sobre demissões na Ansa; será feita nova reunião no dia 27

Após um dia inteiro de negociações no Tribunal Superior do Trabalho (TST), funcionários da Petrobrás chegaram ontem a um acordo com a estatal para por fim à greve que já durava 20 dias. Entre os termos acordados estão a redução na multa aplicada aos sindicatos – de R\$ 58,2 milhões para R\$ 2,47 milhões – e o desconto no salário de funcionários referente à metade dos dias não trabalhados. Segundo o ministro do TST Ives Gandra, que mediu o acordo, a principal reivindicação dos grevistas foi atendida. Os funcionários queriam que a empresa estabelecesse uma tabela de turnos de acordo com a conveniência de cada trabalhador. “O motivo da greve foi resolvido, que era a tabela de turnos”, afirmou Gandra após a reunião, na sede do tribunal, em Brasília.

Representantes dos sindicatos afirmaram que a grade estabelecida pela estatal era prejudicial e desrespeitava o acordo coletivo feito com a empresa. Eles afirmam, porém, que a paralisação, na verdade, foi motivada pela demissão de cerca de mil trabalhadores na Araucária Nitrogenados (Ansa), subsidiária da Petrobrás no Paraná que terá suas atividades encerradas. Os primeiros desligamentos na empresa aconteceriam no dia 14 de fevereiro. Esse capítulo, no entanto, não foi encerrado ontem. O acordo fechado prevê que os sindicatos e a Petrobrás sentem novamente para negociar no próximo dia 27.

“A expectativa é conseguirmos dar um encaminhamento que satisfaça trabalhadores, que resolva o problema da empresa, mas agora, dificilmente poderemos reverter a questão da empresa”, afirmou Gandra. Na quinta-feira, ao comentar o resultado financeiro da Petrobrás de 2019, o presidente da estatal, Roberto Castello Branco, antecipou, porém, que os contratos de trabalho vão ser suspensos, independentemente do que resultasse a negociação de ontem. “A decisão está fechada”, disse o executivo.

Castello Branco afirmou também que a empresa tinha capacidade de suportar uma greve de longo prazo. Já sobre os prejuízos da estatal gerados com a paralisação, o combinado é que a Petrobrás poderá descontar metade dos dias

não trabalhados. Já a outra metade será compensada através de bancos de horas no prazo máximo de 180 dias.

Estado de greve. Representante da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), Adaedson Bezerra da Costa alertou que o “estado de greve” é permanente. Ou seja, se a categoria entender que a estatal vai desrespeitar outros pontos do acordo coletivo, os trabalhadores poderão parar novamente.

“Combinamos o fim da greve, com todos trabalhando, mas o estado de greve é permanente”, disse. “A gestão do sistema Petrobrás está vindo para cumprir o acordo coletivo”, disse o representante da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Deyvid Bacelar. No início deste mês, a FUP convocou os petroleiros a cruzar os braços em protesto às demissões e conseguiu a adesão de cerca de 21 mil trabalhadores da Petrobrás em 13 Estados. Segundo a entidade, ao deixar cerca de mil pessoas desempregadas, a estatal descumpriu acordo coletivo que exige uma negociação prévia com as lideranças sindicais. A empresa responde que teve essa conversa com o sindicato local, representante dos funcionários da Ansa, o Sindiquímica-PR.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 22/02/2020

Seção: Colunas

Autor: Renato Carvalho

Título: Após balanços, analistas mantêm otimismo com Petrobrás e Vale

Broadcast: de olho nas ações

Os balanços de Petrobrás e Vale, divulgados esta semana, não alteraram muito as perspectivas dos analistas para o ano. Os profissionais ressaltam os bons resultados operacionais de ambas, que indicam solidez de médio prazo, mesmo em um contexto de curto prazo que pode trazer complicações, principalmente, por conta do coronavírus. Na visão de Henrique Esteter, analista da Guide Investimentos, a Petrobrás teve um resultado “operacionalmente forte”, mas em linha com o esperado.

Ele acredita que o processo de venda de ativos deve ser mantido, reduzindo dívidas e focando nos segmentos mais importantes para a empresa. “A queda do preço do petróleo deve ser compensada pelo câmbio.” Sobre a Vale, ele também elogia o desempenho operacional, mas lembra que as altas provisões surpreenderam negativamente. Esteter acredita que neste ano, a mineradora deve continuar entregando bons resultados em suas operações. Pedro Galdi, analista da Mirae Asset, se mantém otimista com as duas companhias para 2020.

No caso da Vale, ele ressalta que a visão positiva segue mesmo com as incertezas sobre o coronavírus. “A retomada de dividendos deve entrar no radar agora e a forte evolução da geração operacional de caixa devem fazer parte das metas da nova gestão”, explica. Enrico Cozzolino, analista de investimentos do banco Daycoval, afirma que a Vale ainda passa por um processo de “organizar a casa” após Brumadinho, principalmente, pelo plano de descaracterização de barragens, que leva tempo e pesa sobre a ação no curto prazo.

“Contudo, a baixa alavancagem, o desconto frente aos seus pares globais e sua forte geração de caixa permitem certo alívio aos investidores de longo prazo, que ainda vislumbram o recebimento de dividendos em 2020”.

Sobre Petrobrás, além dos números, considerados por Cozzolino “excelentes”, ele lembra que existe a possibilidade de diminuição da participação do governo no capital da empresa, o que eleva o otimismo. Na visão de Ilan Arbetman, analista da Ativa Investimentos, a queda do preço do minério de ferro e as fortes chuvas registradas em Minas Gerais e Espírito Santo, Estados importantes na produção da Vale, podem ter reflexos nos números do primeiro trimestre.

Para a Petrobrás, ele chama atenção para o aumento da importância das exportações para a China, que podem causar desgaste na demanda pelo petróleo. No cenário doméstico, o principal risco apontado pelo analista da Ativa é a greve do petroleiros, que foi suspensa ontem, mas as negociações com a empresa ainda estão em fase inicial. Luiz Caetano, da Planner, afirma que mudou ligeiramente as projeções para as duas empresas. Para a Petrobrás, o ritmo de produção deve ter impacto nas vendas e custos, principalmente no primeiro semestre.

Para a Vale, as provisões, ajustes no negócio de níquel e coronavírus podem “comprometer as vendas” na primeira metade do ano. Em relação às recomendações, poucas alterações. A MyCap manteve somente Vale ON, e inseriu Ambev ON, Copel PNB, SLC ON e TIM ON. A Guide fez três mudanças, com as entradas de EcoRodovias ON, Lojas Americanas PN e Minerva ON. Por fim, a Mirae também mudou três ações em sua carteira, colocando BRF ON, Indústrias Romi ON e Via Varejo ON.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 22/02/2020

Seção: Economia

Autor: REUTERS

Título: Energisa fará investimento recorde este ano

Companhia prevê aporte de cerca de R\$ 3 bilhões e avalia retomar projetos em geração de energia solar e eólica

A companhia de energia brasileira Energisa deve investir quase R\$ 3 bilhões este ano, um valor recorde, com foco em seus negócios de distribuição e transmissão. A empresa também avalia voltar a fazer aportes no setor de geração, disse o presidente da empresa, Ricardo Botelho à agência Reuters. Parte significativa desses investimentos, de cerca de R\$ 2,5 bilhões – que crescerão 8,5% ante 2019 –, será aplicada em empresas de distribuição adquiridas em 2018 da Eletrobrás e em leilões de privatização. Esses desembolsos previstos não incluem projetos de geração eólica e solar hoje em fase avançada de estudos na companhia.

“No caso especificamente de geração de grande porte, temos projetos em nossa carteira para desenvolver em energia solar e eólica. Temos analisado com atenção nos últimos anos a possibilidade de retomar. A depender das oportunidades, podemos nos lançar novamente nesse setor”, disse Botelho. A Energisa já investiu em geração em outras oportunidades, mas vendeu os ativos posteriormente. O último movimento nesse sentido envolveu a negociação de hidrelétricas, usinas à biomassa e eólicas à gestora canadense Brookfield, em transação concluída em 2015.

No momento, a companhia tem em carteira projetos eólicos na Bahia que somariam uma capacidade de 250 megawatts e um projeto solar na Paraíba que somaria 60 megawatts. Para tirar os empreendimentos do papel, a Energisa avalia tanto leilões do governo para viabilizar novos projetos quanto a possíveis negociações da produção dos parques no chamado mercado livre de energia, no qual grandes consumidores podem negociar diretamente o suprimento com geradores e comercializadoras.

O problema, segundo Botelho, é que os leilões governamentais têm atraído “nível de competição absurdo”, o que leva os preços de venda da energia pelos projetos vencedores a níveis “muito, muito baixos”, enquanto no mercado livre os contratos têm valores melhores, mas prazos mais curtos. “Temos de avaliar as condições. Se a equação fechar lá na frente, pode ser que a gente venha a viabilizar, não é algo que temos definido”, afirmou.

Privatização. Por outro lado, a Energisa também está atenta a oportunidades de aquisições de projetos de transmissão que possam surgir, bem como a possíveis privatizações de empresas de distribuição de energia controladas por governos estaduais. As estatais CEB-D, de Brasília, e CEEE, do Rio Grande do Sul, estão entre as que já têm estudos para desestatização sendo conduzidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

“Em distribuição, temos aí na praça algumas distribuidoras que estão em processo ou no caminho para serem privatizadas. É difícil falar sem ter as condições na mesa, mas todas elas vamos avaliar, temos que olhar”, disse Botelho. Fundada como Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina, em Cataguases (MG), a empresa abriu o capital em 1907 e realizou mais recentemente um relançamento de ações na Bolsa paulista, a B3.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 22/02/2020

Seção: Economia

Autor: Niviane Magalhães

Título: Coronavírus faz exportadoras perderem R\$ 48 bi

Cifra se refere à redução do valor de mercado de companhias brasileiras com ações em Bolsa depois dos impactos da epidemia

Desde o primeiro dia que o surto de coronavírus na China atingiu os mercados financeiros globais – que completou um mês ontem –, as empresas brasileiras exportadoras de commodities perderam R\$ 47,709 bilhões em valor de mercado. A queda reflete a aversão ao risco, em meio as incertezas sobre o impacto que a doença causará à economia do gigante asiático e do mundo. Também entra na conta o tempo para que a epidemia fique sob controle, com redução significativa da contaminação. Mesmo com a destruição de valor bilionária, especialistas estimam que as ações ainda não sentiram todo o efeito negativo.

Até ontem, mais de 75 mil pessoas foram infectadas na China continental e mais de 2 mil morreram. Além da gravidade das mortes, os números trouxeram outra preocupação aos investidores, desconfiados de que Pequim não esteja divulgando o cenário real da doença. Assim, as ações ON (com direito a voto) de Gerdau e Vale, que exportam minério de ferro para a China, recuaram mais de 12% e 10%, respectivamente, desde o início do impacto. Investidores temem que, devido à falta de trabalhadores, o setor de construção no país asiático diminua o ritmo das obras. A retração na produção de automóveis – que já vem desde o ano passado – é outro fator de preocupação. As vendas de carros no varejo da China tiveram queda anual de 92% nos primeiros 16 dias de fevereiro em razão da epidemia. Segundo o analista da Mirae Asset Pedro Galdi, a produção de automóveis também caiu fortemente e a China “está parada”. Exatamente por isso, o preço do minério de ferro caiu 4,85% em 30 dias.

Entre os especialistas consultados pelo Estadão/Broadcast, há quem acredite que as empresas deverão sentir os efeitos da doença no balanço do primeiro trimestre. Petrobrás e Vale alertaram durante a semana, em eventos ligados aos

balanços, que o surto poderá ter algum efeito. Ambas monitoram tanto embarques quanto encomendas. “O coronavírus não teve efeito nas quantidades, mas teve efeito nos preços, evidentemente”, afirmou Roberto Castello Branco, presidente da Petrobrás, na divulgação de resultados esta semana. “Porque os mercados antecipam os efeitos na atividade econômica. Então, é só observar o preço, o comportamento dos preços do petróleo que houve uma queda. E vai se refletir nos nossos resultados no primeiro trimestre. Dizer quanto foi, agora, seria prematuro, até porque nós estamos no meio do trimestre.”

Há, porém, quem ache a queda exagerada, uma vez que a percepção sobre as companhias ainda não foi alterada. Para Galdi, as perdas devem ser temporárias. No caso da Vale, ele diz que a empresa gasta US\$ 30 para produzir minério de ferro e entregar na China, enquanto o preço da commodity segue no patamar dos US\$ 90. “O preço pode até cair para US\$ 80 que a Vale ainda terá margem confortável”, diz. “O que atinge mais a ação é a aversão ao risco generalizada, uma vez que os investidores estrangeiros saem primeiro das blue chips.” A Vale não comentou a queda.

Maiores baixas. O papel PN da Gerdau foi o que mais caiu no último mês. A perda foi de 12,39%, seguido de Vale ON, com baixa de 10,53% e CSN ON, com retração de 10,44%. Com perdas mais amenas, Petrobrás ON caiu 3,59% no período, a PN recuou 3,45%, e Suzano ON teve baixa de 3%. Isso mesmo com o fato de o dólar ter avançado para um patamar muito próximo a R\$ 4,40, o que beneficia as exportações e os balanços de maneira geral. No caso da petrolífera, a menor queda reflete, segundo analistas, o balanço e o fato de os papéis já terem sido penalizados, principalmente pela emissão feita pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para vender suas ações na estatal. Já a Suzano ganhou quase R\$ 3 bilhões em valor de mercado nos últimos dias com a valorização da celulose.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 22/02/2020

Seção: Opinião

Autor: Adriano Pires

Título: Competitividade sim, reserva de mercado não

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei (PL) 7.401 de 2017, que estabelece novos percentuais de conteúdo local fixos até 2040. Ao contrário dos avanços regulatórios que os governos Temer e Bolsonaro introduziram no setor de óleo e gás nos últimos anos, este PL representa um grande retrocesso, com índices acima da capacidade de fornecimento da indústria nacional. Ao contrário do que preconiza este PL, o correto é incentivar práticas e ganhos de

competitividade levando em conta vantagens comparativas reais da indústria local. Já pagamos uma conta muito alta ao criar uma política de reserva de mercado que acabou capturando recursos para empresas ineficientes e muitas pouco idôneas, como mostrou a Lava Jato, à custa dos contribuintes brasileiros.

Preocupa o avanço na aprovação do PL em regime de urgência. Porcentual alto de conteúdo local tira competitividade dos projetos, reduz a demanda por bens e serviços e não gera empregos. O resultado da política de reserva de mercado é aumento de custos para as empresas, com geração de provisão para multas, cortes e atrasos nos projetos. Entre 2014 e 2020, a contratação de 12 unidades de exploração de petróleo em projetos do pré-sal sofreu um atraso total de 32 anos. Esses atrasos nesses projetos geraram perda de valor presente líquido de US\$ 6,7 bilhões para os consórcios. A perda de arrecadação foi calculada em mais de US\$ 12 bilhões, entre royalties, participação especial e Imposto de Renda, e afetou a criação de 78 mil empregos (7 mil diretos e 71 mil indiretos) na operação de plataformas.

O fato é que o estabelecimento de índices de conteúdo local elevados só traz prejuízos à economia e ao desenvolvimento da indústria do petróleo. Os atuais índices de conteúdo local praticados nas recentes licitações refletem o estado atual da indústria nacional e a sua especialização em determinadas áreas. Por exemplo, há capacidade de fornecimento competitivo de equipamentos na área submarina no mercado nacional. Desde 2011, empresas locais fornecem a preços competitivos mais de R\$ 17 bilhões em bens de capital como árvores de natal molhadas, manifolds submarinos, dutos flexíveis e rígidos e umbilicais ao mercado nacional, e, inclusive, grande parte é exportada.

Caso aprovada, a lei vai tornar menos atrativos os investimentos em exploração e produção no pré-sal. É sempre bom lembrar que hoje concorremos com projetos em outras regiões no mundo. Por exemplo, a produção não convencional nos EUA, em águas profundas na Guiana-Suriname e nas áreas tradicionais como o Golfo do México. O resultado da 6.ª Rodada de Partilha, no final de 2019, acendeu o sinal amarelo. Não podemos cometer o erro do passado, quando políticas de reserva de mercado ajudaram a deixar o País fora do mapa de investimento das petroleiras internacionais. Existem países onde a política de conteúdo local trouxe investimentos e empregos. Na Noruega, o governo e as empresas negociam listas de fornecedores que mostram competitividade em preço, prazo e qualidade. A política adotada é a retirada gradual dos incentivos, de forma a evitar reservas de mercado. A meta é o fim da política de conteúdo local com a existência de uma indústria competitiva em nível nacional e internacional.

Podemos agregar, também, a experiência de Cingapura e da Coreia do Sul, com capacitação da mão de obra, investimento em pesquisa e desenvolvimento,

abertura de mercado e estímulo ao fluxo livre de capital. O Brasil tem avançado no processo de ingressar na OCDE, um “selo de credibilidade” que ajuda em captações financeiras e novas oportunidades de negócios. Segundo alguns estudos da OCDE e do Banco Mundial sobre conteúdo local, seu principal ponto positivo é viabilizar fornecedores domésticos eficientes para itens que têm demanda suficiente para justificar produção nacional de longo prazo. A aquisição de bens e serviços menos competitivos a um custo elevado age em detrimento de desenvolvimento econômico e é uma perda de oportunidade de desenvolvimento industrial, geração de empregos, renda e arrecadação.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 22/02/2020

Seção: Mercado

Autor:

Título: Vale pode gastar até R\$ 8 bi a mais em acordos sobre Brumadinho

A Vale informou em seu balanço de 2019 que vem negociando acordos com o governo de Minas Gerais e outras autoridades para suspender ações referentes ao desastre de Brumadinho (MG) que podem lhe custar até R\$ 8 bilhões adicionais. Até agora, a companhia já reservou R\$ 29 bilhões em gastos com indenizações, reparações e obras relacionadas à tragédia, incluindo a descaracterização de barragens semelhantes à que se rompeu em janeiro de 2019, deixando 270 mortos.

Segundo relatório de comissão independente contratada pela empresa, divulgado nesta quinta (20), a Vale sabia das fragilidades da estrutura desde, pelo menos, 2003, e não tomou medidas para tirar instalações operacionais da área de risco. A Vale diz que não há certeza sobre a conclusão dos acordos e, por isso, os recursos ainda não foram provisionados. Com base nos termos atuais de discussão, o custo dos acordos pode variar entre R\$ 4 bilhões e R\$ 8 bilhões.

Em teleconferência com analistas, a direção da empresa disse que eventuais negociações para suspender ações judiciais podem reduzir a insegurança jurídica sobre os resultados da companhia e agilizar o retorno do pagamento de dividendos. “O acordo tem que ser bom para ambas as partes. Se é tão bom para nós suspender as ações, as autoridades estão pedindo algo a mais”, disse o diretor financeiro da companhia, Luciano Siani. Assim que forem anunciados os custos passam a ser provisionados em balanço.

As primeiras provisões levaram a companhia a registrar prejuízo de R\$ 6,7 bilhões em 2019. Com interrupções em outras minas devido ao aumento das restrições de segurança, a produção de minério de ferro da companhia caiu

21,5% no ano. A Vale espera recuperar parte da produção durante o ano, chegando ao fim de 2020 com 340 milhões a 355 milhões de toneladas. Até dezembro, a companhia quer retomar também as operações na mina da Samarco, em Mariana, onde o rompimento de uma barragem deixou 29 mortos em 2015.

Em 2020, a empresa foi beneficiada pela elevação das cotações internacionais do minério, provocada principalmente pela suspensão de suas próprias operações. Siani disse que a forte geração de caixa permitiu o pagamento de dívidas para abrir espaço para acomodar no balanço os gastos com a remediação de Brumadinho.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 22/02/2020

Seção: Tendências

Autor: Marivelton Baré

Título: O projeto do governo que libera a mineração em terras indígenas é adequado? - Não O eldorado é verde: somos nós os atrasados?

Verdadeiro tesouro é a biodiversidade exuberante Presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), instituição que luta contra pedidos de pesquisas minerárias em terras da região

Seria cômico se não fosse trágico: as mesmas pessoas que afirmam que nós, povos indígenas, deveríamos evoluir, têm a mentalidade presa no século 16. Até hoje pensam como o invasor europeu, que aqui chegou buscando o eldorado na Amazônia.

Essa febre do ouro limita o seu raciocínio e embaça sua visão. Não conseguem ver que a maior riqueza da floresta não são metais preciosos. E esse tesouro nem está enterrado, mas bem avista: a biodiversidade exuberante, a maior reserva de água doce do planeta, a sua influência no clima global e no regime de chuvas de boa parte da América do Sul. O que nossos ancestrais já sabiam instintivamente há milhares de anos, hoje é comprovado pela ciência do homem branco. A mesma ciência que essas pessoas negam. Somos nós os atrasados?

Essa gente que se considera tão evoluída também parece não conhecer o que diz a Constituição. O projeto de lei 191/2020, apresentado pelo presidente Jair Bolsonaro no último dia 5, tem como objetivo regulamentar a exploração de minério, gás, petróleo, agropecuária e potencial hidrelétrico em terras indígenas. Mas também do garimpo, atividade não prevista por ela. Além de inconstitucional, o PL também desrespeita a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário. Ela determina

nossa consulta prévia, livre e informada antes de iniciado qualquer processo decisório que envolva terras indígenas. Fora ter sido elaborado sem que fôssemos ouvidos, o PL só nos garante poder de veto em relação ao garimpo praticado por não indígenas —ou seja, sobre aquilo que hoje já é considerado ilegal.

Tem muita gente de olho no que é nosso por direito. O 2º parágrafo do artigo 231 da Constituição diz que “as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes”. Mas, segundo a Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM), das 3 79 terras indígenas homologadas da Amazônia Legal, 190 são foco de interesse de exploração mineral por empresas ou pessoas físicas. Ao todo, 4.050 processos tramitam na Agência Nacional de Mineração (ANM), que incidem sobre territórios já homologados. E o PL 191 permite que essas áreas sejam exploradas por terceiros, sem o nosso consentimento, em outro flagrante inconstitucional.

Essa regulamentação é prevista pela Constituição de 1988, e já houve tentativas anteriores de a prová-la. Mas há uma série de medidas a serem tomadas antes de sua efetivação. A começar pela demarcação das terras indígenas: a Assembleia Constituinte estabeleceu um prazo de cinco anos para que todos os processos estivessem concluídos; passados mais de 30 anos, ainda há 129 em andamento. Antes de se pensar em regulamentar a atividade em nossos territórios, é preciso combater o garimpo ilegal. Só na terra indígena ianomâmi há cerca de 20 mil garimpeiros agindo clandestinamente e contaminando os rios locais com mercúrio. Como acreditar que isso será feito se órgãos importantes como Ibama e Funai vêm sendo sistematicamente enfraquecidos?

O Estado não foi capaz de impedir os desastres de Mariana e Brumadinho (MG), na região mais desenvolvida do país. Num governo no qual o respeito aos direitos humanos e a preservação do meio ambiente são vistos como entraves, como não temer que os rios Negro, Solimões, Amazonas, Tapajós e Madeira tenham o mesmo destino que o rio Doce e o Paraopeba?

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 22/02/2020

Seção: Tendências

Autor: Flávio Ottoni Penido

Título: O projeto do governo que libera a mineração em terras indígenas é adequado? - Sim Regularização inibirá atividades ilegais em curso

É possível desenvolvimento econômico e sustentável Engenheiro e consultor em mineração, é diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram)

É necessário ter em mente que o projeto de lei 191/2020, do Executivo, propõe regulamentar os artigos 176 e 231 da Constituição para estabelecer regras para algumas atividades econômicas em terras indígenas, como geração de energia e exploração de óleo e gás —e não apenas mineração. Para o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), cujas empresas associadas respondem por mais de 85% da produção mineral, a iniciativa é adequada e deve ser apoiada pelos brasileiros. Afinal, esse tema foi aprovado na Assembleia Constituinte há mais de 30 anos, sendo, portanto, uma decisão da sociedade.

Ao longo deste período, muitas atividades econômicas têm sido executadas em parte das terras indígenas —no total, elas abrangem 14% do território nacional. Isso ocorre de forma ilegal, sem controle, sem geração de tributos e sem proteção aos trabalhadores, provocando impactos socioeconômicos e ambientais nefastos.

Ao elencar regras voltadas a estimular o desenvolvimento das atividades produtivas, de acordo com os interesses das partes envolvidas, a regulamentação será um importante passo para inibir tais práticas. O tema será intensamente debatido no Legislativo e haverá, assim, oportunidades para compartilhar argumentações em busca de consenso.

O Ibiam acredita que a proposta de regulamentação irá tramitar com agilidade, dado o potencial de contribuir incisivamente para estimular o desenvolvimento socioeconômico sustentável, conforme exposto pelo governo federal e que, portanto, merece o respaldo do setor produtivo, entre outros segmentos.

As mineradoras pretendem participar dos debates em torno da matéria, bem como avaliar investimentos em terras indígenas, assim que a pesquisa geológica for autorizada —o que só poderá ocorrer a partir da regulamentação. Hoje não há muitas informações com base técnica sobre os minérios presentes naquelas áreas. A pesquisa é fim da mental para identificar jazidas economicamente viáveis e dar sequência ao planejamento de um empreendimento minerário. A aprovação desse projeto de lei trará segurança jurídica e condições de competitividade para as mineradoras direcionarem seus eventuais investimentos em terras indígenas. Essas companhias defendem que o exercício de qualquer atividade de mineração deve acontecer com base em princípios sustentáveis e moderna governança corporativa, na qual prevaleçam práticas legalizadas e de transparência, com priorização à segurança operacional, tal como proposto pelo governo nesse projeto de lei.

A mineração em terras indígenas já ocorre com segurança e sustentabilidade em outros países, como o Canadá, em aderência a regras definidas junto à sociedade. São casos que precisam ser analisados e poderão, inclusive, enriquecer os debates no Brasil.

Aqui, a mineração é uma atividade produtiva de baixíssima extensão territorial, ocupando somente 0,6% do território brasileiro e caracteriza-se pela conservação do ambiente em seu entorno. Geralmente, a mineradora delimita uma pequena parcela de toda a área concedida pela União onde realiza suas atividades produtivas. O restante é conservado pela empresa e, não obstante, cada projeto deve estabelecer, antecipadamente, todo o processo de fechamento das minas, com recuperação de todos os locais minerados. Essas são algumas características que fazem da mineração industrial uma atividade econômica adequada a áreas sensíveis, como a das comunidades indígenas.

VEÍCULO: O Globo

Data: 22/02/2020

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA

Título: Petroleiros fecham acordo com Petrobras para encerrar greve

Negociação, mediada por ministro do TST, prevê que metade dos dias parados será descontada. Estatal aceita rever tabela de turnos e vai reter R\$ 2,4 milhões dos sindicatos como multa

A Petrobras e os trabalhadores da empresa fecharam ontem um acordo que encerrou a greve dos petroleiros, que já durava 20 dias. O acordo foi anunciado pelo ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Ives Gandra Martins Filho, após reunião mediada por ele, na sede do tribunal, em Brasília, que durou cerca de cinco horas. — Celebramos um acordo entre a Petrobras e os petroleiros que põe fim à greve e ao dissídio de greve que estava aqui no TST. Conseguimos resolver a questão da tabela de turnos, conseguimos resolver também, de certa forma, a questão de dias parados e a questão das multas — disse o ministro.

O acordo prevê que metade dos dias parados será descontada e a outra metade, compensada. A Petrobras aceitou rever a tabela de turnos, uma reivindicação da categoria, para atender “à vontade dos trabalhadores”. A estatal também vai reter R\$ 2,4 milhões das mensalidades dos sindicatos, como forma de multa. O montante representa 4% do total da multa original, que somava R\$ 58,5 milhões. Ficou marcada para a próxima quinta-feira uma reunião para discutir as demissões na Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados do Paraná (Fafen), subsidiária da Petrobras.

As demissões no Paraná são uma das principais pautas da paralisação da categoria, que começou em 1º de fevereiro. A Petrobras anunciou a “hibernação” da fábrica, isto é, a interrupção da produção. Segundo a estatal, essa unidade tem apresentado recorrentes prejuízos desde que foi adquirida. — Desde o começo, a pauta da greve era a abertura de negociação sobre o fechamento da fábrica. Isso foi feito hoje — disse Cibeles Vieira, coordenadora da Federação Única dos Petroleiros (FUP).

FECHAMENTO DE FÁBRICA DEVE SER MANTIDO

Na segunda-feira, Ives Gandra atendeu a um pedido da Petrobras e considerou a greve abusiva e ilegal. Um dia depois, o ministro informou que aceitaria mediar as negociações, desde que os trabalhadores suspendessem a greve. Na quinta-feira, a categoria decidiu suspender temporariamente a paralisação. Para o ministro, o fechamento da fábrica dificilmente será revertido: — A expectativa é conseguirmos dar um encaminhamento que satisfaça trabalhadores, que resolva o problema da empresa, mas agora dificilmente poderemos reverter a questão da empresa voltar a funcionar porque ela está realmente desativada.

VEÍCULO: O Globo

Data: 22/02/2020

Seção: Economia

Autor: BRUNO ROSA

Título: Vale pode ter custo extra de até R\$ 8 bi

Brumadinho

Ações caem 3,97% após prejuízo de R\$ 6,6 bi em 2019, afetado por gasto para reparação de rompimento de barragem

A Vale pode ter ainda um custo adicional entre R\$ 4 bilhões e R\$ 8 bilhões em seu balanço com as ações de reparação com a tragédia de Brumadinho, em Minas Gerais, que deixou 259 mortos e 11 desaparecidos. Em teleconferência com analistas, o diretor financeiro da mineradora, Luciano Siani, disse que o valor só será provisionado no balanço após acordo com as autoridades. Na quinta-feira, a companhia divulgou que obteve prejuízo de R\$ 6,6 bilhões em 2019. O resultado foi afetado pelos gastos envolvendo as ações de reparação em Brumadinho, que chegaram a R\$ 28,8 bilhões.

Após o balanço, as ações da Vale caíram 3,97%. Segundo o executivo, esse valor só será provisionado se as autoridades suspenderem as ações civis e públicas contra a mineradora. No cerne das discussões estão as ações socioeconômicas em Minas Gerais para reparar danos causados pelo rompimento da barragem. — Podemos fazer provisão entre R\$ 4 bilhões e R\$ 8 bilhões. Mas essa provisão

só vai ser reconhecida se a contrapartida for a suspensão das ações civis públicas. Sem isso, vamos seguir com as atuais negociações.

O acordo tem que ser bom para ambas as partes — disse Siani. O executivo lembrou que um acordo entre as autoridades e a Vale é importante, pois vai permitir um “novo pacto para a sociedade mineira”. E que o acordo também é importante para que a empresa tenha segurança jurídica. — A incerteza do valor (do custo adicional) é porque a lista de projetos de reparação é longa e há valores incertos — disse Siani.

MME / ASCOM .